



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº 074/97 de 16 de julho de 1997.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 1998, e dá outras providências.

LUIZ CARLOS ORTEGA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Poder Executivo promulga e sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas para o exercício de 1998, conforme disposições contidas nesta lei, as diretrizes orçamentárias do município, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da Administração Municipal;
- II - A organização e estrutura dos orçamentos;
- III - As diretrizes específicas para o Poder Legislativo Municipal;
- IV - As diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município e suas alterações;
- V - As diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- VI - As disposições relativas as despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - As disposições de caráter supletivo sobre execução dos orçamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Municipal

Art. 2º. Constituem prioridades da administração municipal, a serem contempladas na sua programação orçamentária:

- I - A modernização da administração pública municipal através da informatização dos serviços e de um esforço persistente de redução dos custos operacionais e da racionalização dos gastos;
- II - O estímulo ao desenvolvimento dos recursos humanos, promovendo a capacitação e a valorização profissional dos servidores, visando ganhos de produtividade, redução de custos e otimização dos serviços públicos;
- III - Garantir à população o acesso à serviços sociais, educação e saúde, com ênfase para:
 - a. ensino fundamental;
 - b. melhoria no atendimento a área de saúde e ações preventivas;
 - c. proteção à criança e ao adolescente;
 - d. assistência alimentar e nutricional;
 - e. saneamento;
 - f. habitação e transporte;
 - g. apoio a programas que concorram para a geração de maiores oportunidades de emprego e do estímulo à parceria com a iniciativa privada e a sociedade organizada.
- IV - A implantação de uma infra-estrutura básica de atendimento à população, priorizando a manutenção e estruturação do sistema viário, do transporte coletivo, da drenagem e iluminação pública;
- V - O incentivo às ações voltadas para a preservação, recuperação, conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais renováveis, priorizando ações educativas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

- VI - A garantia da participação da sociedade organizada na discussão de planos, programas e projetos de interesse coletivo, especialmente através dos conselhos municipais
- VII - Outros objetivos e metas delineados no plano plurianual.

Parágrafo Único - Na fixação das despesas e estimativas de receitas, a Lei Orçamentária de 1998 observará além dos objetivos destes incisos, as diretrizes e prioridades da administração municipal de que tratam os Anexos I e II desta lei.

Art. 3º. As prioridades definidas no artigo anterior, terão precedência na alocação dos recursos para 1998.

CAPÍTULO II Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º. O projeto de lei orçamentário a ser encaminhado ao Legislativo, compreenderá:

- I - O orçamento fiscal referente aos poderes do município, seus fundos e órgãos da administração direta, que discriminarão as despesas por Poder, por unidade orçamentária e por seus fundos, segundo exigências da Lei (Federal) nº. 4.320/64;
- II - O orçamento da seguridade social, abrangendo os órgãos da administração direta e fundos de natureza social, que discriminarão as despesas por unidade orçamentária e por fundos, segundo estatuído na Lei (Federal) nº. 4.320/64.

Parágrafo Único - Integrarão os orçamentos a que se refere este artigo, além dos componentes referenciados no Artigo 21, § 1º., Incisos I e III e Parágrafo Único, e Artigo 22 da Lei (Federal) nº. 4.320,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

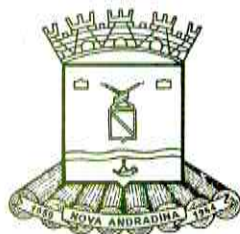
de 17 de março de 1964 e no Artigo 5º. desta lei, os seguintes demonstrativos:

- I - Quadro indicativo da legislação que norteia a arrecadação da receita;
- II - Demonstrativo que evidencie a programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, e Artigo 199 da Lei Orgânica do Município;
- III - Demonstrativo de despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 5º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação identificada por projetos e atividades e por categoria econômica, observada a seguinte classificação:

- I - Pessoal e encargos sociais, limitados ao máximo de 60% das despesas correntes;
- II - Juros e encargos da dívida;
- III - As despesas decorrentes de débitos de precatórios para cumprimento do Artigo 100 § 1º. da Constituição Federal;
- IV - Outras despesas correntes;
- V - Investimentos;
- VI - Inversões financeiras;
- VII - Amortização de dívida;
- VIII - Outras despesas de capital.

Art. 6º. O enquadramento dos projetos e atividades na classificação funcional programática, deverá observar a especificação de cada aplicação independente da unidade orçamentária a que estiverem vinculados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

Art. 7º. As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, serão apresentados de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou superavit corrente e o total de cada um dos orçamentos.

Art. 8º. A Lei Orçamentária conterá dispositivos autorizando o Executivo:

- I - A abrir créditos adicionais suplementares até o limite nela especificado;
- II - A realizar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, conforme permissão contida no § 8º. do Artigo 165 e dentro dos limites estabelecidos no Inciso III, do Artigo 167, todos da Constituição Federal;
- III - A promover a concessão de auxílios e subvenções públicas a entidades públicas e privadas, mediante convênio, observado o disposto no Artigo 16, desta lei;
- IV - A assinar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da administração federal e estadual e com outros municípios, no interesse e conveniência do município;
- V - A promover a alienação dos bens móveis imprescritíveis, inservíveis, obsoletos e inaplicáveis às necessidades do município, mediante processo licitatório específico.
- VI - Relatório com a receita arrecadada nos últimos três exercícios;

Art. 9º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual, conterá no mínimo:

- I - Resumo da política econômica e social do município;
- II - Demonstrativo da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, incluindo as premissas básicas de comportamentos dos principais itens de arrecadação prevista;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

- III - Demonstrativo da necessidade de financiamento para investimentos em obras e serviços que busquem o desenvolvimento sócio-econômico do município;
- IV - Demonstrativo das estimativas de gastos com pessoal e encargos sociais para o exercício de 1998;
- V - Situação econômico-financeira do município, apresentando a dívida flutuante e fundada, saldos de créditos especiais.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 10. Para assegurar a autonomia financeira do Poder Legislativo, fica estipulado o limite de 9% (nove por cento) da receita correntes do município, para elaboração da proposta orçamentária deste.

§ 1º. Entende-se por receita corrente do município, para fins previstos no *caput*, aquela definida como tal no § 1º. do Artigo 11 da Lei (Federal) 4.320/64, excetuadas as decorrentes de indenizações e restituições e de transferências em razão de convênios, acordos ou ajustes.

§ 2º. No transcurso da execução orçamentária do exercício de 1998, o percentual de que trata o *caput* deste artigo, será repassado ao Poder Legislativo, de acordo com a Lei Orgânica do Município, Artigo 72, Inciso XXIII, com base na receita corrente efetivamente arrecadada no mês anterior.

Art. 11. Para efeito do disposto no Artigo 10. desta lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Executivo sua proposta orçamentária para fins de consolidação, até o final do mês de agosto do corrente ano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes Gerais para Elaboração do Orçamento

Art. 12. Na programação das despesas serão observadas as seguintes vedações:

- I - A fixação de despesas para unidades orçamentárias não instituídas por lei;
- II - A inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;
- III - O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- IV - Inclusão de despesas a título de investimentos em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do Artigo 167, § 3º. da Constituição Federal;
- V - É obrigatória a inclusão no orçamento, de recursos necessários ao pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º. de julho, nos termos do Parágrafo 1º. do Art. 100 da Constituição Federal;
- VI - A vinculação da receita de impostos a órgão, fundo de despesa, nos termos do Inciso IV, do Artigo 167 da Constituição Federal;
- VII - As despesas de custeio não poderão ter aumento superior à variação do índice oficial de inflação em relação à despesa estimada para 1997, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1997 ou no decorrer de 1998.

Art. 13. A lei orçamentária para 1998 destinará para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, na forma prevista no Artigo 212 da Constituição Federal, Artigo 69 da Lei 9394 e Lei 9424 de 24.12.96, observando-se, ainda, o disposto no



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação que lhe foi dada pelo Artigo 5º. da Emenda Constitucional nº. 14, de 12 de setembro de 1996, e Artigo 199 da Lei Orgânica do Município, preservados os percentuais destinados a educação básica, voltados aos portadores de necessidades educativas especiais.

Art. 14. A receita e a despesa serão orçadas a preço de Agosto de 1997 e projetadas com base no comportamento da receita, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Art. 15. É obrigatória a designação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para pagamento da amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Parágrafo Único - Somente serão incluídos no projeto de lei orçamentária dotações relativas as operações de créditos aprovadas e contratadas.

Art. 16. É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de dotações para entidades e associações de qualquer gênero, excessão feita às creches, escolas, para atendimento de pré-escolar, associações e entidades sem fim lucrativo de caráter assistencial, filantrópico e de desporto amador, instituições prestadoras de serviços de saúde, vinculadas ao SUS, observando-se, ainda, as disposições contidas no Artigo 19 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A concessão de subvenções somente se dará em favor de entidades previamente cadastradas na Prefeitura e desde que não estejam inadimplentes com o Poder Público, com relação a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - Aquisição de imóveis, início de obras de construção ou ampliação, novas locações ou arrendamentos de imóveis, para administração pública municipal, ressalvadas as relacionadas com as prioridades estabelecidas nos Anexos I e II desta lei, ou de casos de comprovada necessidades ou de excepcional interesse público;
- II - Aquisição de mobiliários e equipamentos, ressalvadas as relativas à reposição de bens que forem necessários, para instituição e manutenção dos fundos e as relacionadas com as prioridades estabelecidas nos Anexos I e II desta lei, ou nos casos de excepcional interesse público;
- III - Pagamento, a qualquer título, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado a administração Municipal.

Art. 18. A receita tributária municipal não poderá ser inferior a 3% (três por cento) do total das receitas orçamentárias, exclusive as decorrentes de operações de crédito, possibilitando ao município firmar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com o Estado e a União.

CAPÍTULO V

Das Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 19. Os recursos ordinários do município, somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas despesas com pessoal e encargos sociais, serviço de dívida e outras despesas de custeio administrativa e operacional, precatórios judiciais, bem como a contrapartida de convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

Parágrafo Único - Na fixação da programação da despesa, deverão ser observadas as prioridades constantes do Artigo 2º. e Anexos I e II desta lei.

Art. 20. O orçamento da seguridade social, obedecerá ao definido nos Artigos 194, 196 e 203 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Relativas as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 21. A despesa com pessoal ativo e inativo e encargos sociais do município, não poderá exceder no exercício de 1998, ao limite de 60% (sessenta por cento) das respectivas receitas correntes,

na forma do Artigo 1º. Inciso III da Lei Complementar nº. 82, de 27 de março de 1995.

Parágrafo Único - Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº. 82/95, o Executivo fará publicar mensalmente demonstrativo da despesa com pessoal e encargos sociais, do mês até o mês.

Art. 22. Em conformidade com as disposições contidas no Parágrafo Único do Artigo 169 da Constituição Federal, a concessão de qualquer vantagem de aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, serão realizadas mediante lei específica.

Art. 23. As suplementações de dotações orçamentárias para pagamento de pessoal e encargos sociais de 1998, poderão ser feitas, desde que em contas de mesma natureza, conforme Artigo



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

5º. Inciso I desta lei, independentemente do limite de abertura de créditos adicionais autorizados na lei orçamentária, observadas as exigências contidas no Artigo 42 e § 1º., do Artigo 43 da Lei (Federal) 4.320/64.

Art. 24. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder, em sendo necessário, o provimento de cargos efetivos de seu Quadro Permanente, através da realização de Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos, observando o limite a que se refere o Artigo 21 desta lei.

Art. 25. Para atendimento das disposições contidas no Inciso II do Parágrafo Único, do Artigo 169 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar ajustes necessários, desde que, aprovados por lei específica.

CAPÍTULO VII

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 26. Na programação de investimentos serão observadas as prioridades constantes dos Anexos I e II desta lei:

§ 1º. - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

§ 2º. - Não poderão ser programados novos projetos:

- I - À custa de anulação de projetos de investimentos em andamento, desde que tenham sido, fisicamente executados, pelo menos 10% (dez por cento) dos mesmos;
- II - Se não tiverem sido contemplados todos os projetos em andamento no âmbito de cada Unidade Orçamentária, entendidos assim, aqueles cuja execução financeira até o exercício de 1997, atualizada monetariamente, ultrapasse 20% (vinte por cento) de seu custo estimado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

- III - Sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 27. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, em consequência de projeto de lei encaminhado ao Legislativo, após 31 de julho de 1997, e que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária para 1998, fica o Poder Executivo autorizado a proceder os devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 28. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente poderão ser aprovados caso indiquem a estimativa de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anulados, inclusive as transferências e vinculações constitucionais.

CAPÍTULO IX

Das Disposições de Caráter Supletivo sobre a Execução do Orçamento

Art. 29. Os projetos de lei para abertura de créditos adicionais, terão como prazo limite para encaminhamento à Câmara Municipal, a data de 30 de novembro de 1998, exceção feita aos casos de comprovada necessidade e excepcional interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

Art. 30. A prestação de contas anual do município incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela lei orçamentária anual.

Art. 31. a proposta orçamentária do município para 1998, será encaminhada à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até 15 de outubro de 1997.

Art. 32. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a lei orçamentária anual.

Art. 33. É vedada a realização de despesa ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, ou quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesa sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

CAPÍTULO X Das Disposições Finais

Art. 34. As propostas de modificações no projeto de lei orçamentária, a que se refere o § 2º. do artigo 135 da Lei Orgânica do Município, serão apresentadas, no que couber, com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento, nesta lei.

Art. 35. A Secretaria de Planejamento, comunicará no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, por Unidades Orçamentárias, Fundos e Entidades dos Orçamentos fiscal e da seguridade social, especificando para cada categoria de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

Art. 37. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 1997, vigorará o orçamento anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 38. Aplicam-se ao município, as disposições contidas no Decreto Estadual nº. 3.418 de 30 de dezembro de 1985, que aprovou o manual de classificação, codificação e interpretação da Despesa Orçamentária, o que for aplicável.

Art. 39. Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária de 1998, a abrir créditos adicionais suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da receita do município, acumulado no exercício.

Art. 40. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Nova Andradina MS, 16 de julho de 1997.


LUIZ CARLOS ORTEGA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 1998

I - LEGISLATIVO

- a. Reequipamento da Câmara Municipal para agilização e modernização do processo legislativo;
- b. Ampliação do espaço físico da Câmara Municipal, com a construção de novas salas destinadas aos setores administrativo, contábil e jurídico;
- c. Realização de concurso público para preenchimento das vagas previstas em lei;
- d. Contratação de funcionário;
- e. Desenvolver e implementar programas de valorização e capacitação dos recursos humanos do Poder Legislativo;
- f. Investir na aquisição de equipamentos e mobiliários para reposição e para atender as necessidades criadas com a construção de novas salas;
- g. Pagamento de pensão a Vereadores ou a familiares de vereadores falecidos ou que se tornem inválidos durante o seu mandato;
- h. Desenvolver funções de Auditoria Financeira e Orçamentária, contratando empresa especializada ou técnicos de nível superior para a elaboração de levantamentos e pareceres destinados à orientação da Câmara e suas comissões, bem como funções de julgamento das contas dos administradores responsáveis por bens de valores públicos.

II - EXECUTIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

1. EDUCAÇÃO

- a. Elaborar programa de apoio à distribuição de merenda escolar;
- b. Investir na aquisição de material didático de apoio pedagógico e uniformes para os alunos da rede municipal de ensino;
- c. Adotar uma política educacional que enseje a participação igualitária de pais, alunos e professores e a comunidade;
- d. Promover a valorização do magistério, através do treinamento de docentes, técnicos e administradores ligados ao ensino fundamental;
- e. Dar continuidade a ampliação da rede física, com implantação de novas salas de aula, bem como reforma das existentes, inclusive aquisição de equipamentos e mobiliários para reposição e para novas escolas;
- f. Estabelecer programa de erradicação do analfabetismo.

2. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- a. Estruturação da máquina arrecadadora com vistas à obtenção
- b. Aparelhar e modernizar a administração municipal, com a adoção de sistemas de organização informatizados;
- c. Estruturar o cadastro dos bens imóveis pertencentes ao município;
- d. Manutenção, expansão e reequipamento dos serviços essenciais do município, inclusive reordenamento da estrutura orgânica da Prefeitura;
- e. Desenvolver e implementar programas permanentes de valorização e capacitação dos recursos humanos, de aumento da eficiência da máquina pública e de adequação dos serviços públicos às demandas da sociedade;

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- a. Estímulo a formação de organizações produtivas comunitárias;
- b. Estimular a legalização das atividades econômicas do setor informal;
- c. Recadastramento das atividades econômicas do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

4. HABITAÇÃO POPULAR

- a. Reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda, com a implementação de programas de estímulo à auto-construção;
- b. Priorizar a construção de habitações que venham atender à população de menor renda;
- c. Melhorar as condições de habitabilidade, através da implantação de infra-estrutura, nos conjuntos habitacionais, com a construção de creches, postos de saúde e centros de atividades comunitárias.

5. INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL E SERVIÇOS PÚBLICOS

- a. Prosseguimento em regime prioritário das obras de infra-estrutura em andamento;
- b. Promover a drenagem, e o asfaltamento de vias públicas e obras complementares;
- c. Promover ações de integração e participação das comunidades locais na execução de obras e serviços públicos de interesse coletivo;
- d. Dar prosseguimento ao sistema de iluminação pública com a ampliação da rede de energia elétrica;
- e. Dar prosseguimento às ações de recuperação de ruas e avenidas, promovendo quando oportuno, a sua pavimentação;
- f. Conservar e restaurar estradas municipais;
- g. Construir pontes de madeira e concreto;
- h. Projetar, executar e fiscalizar diretamente ou através de terceiros, obras de construção, adaptações ou reforma de prédios próprios do município.

6. CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

- a. Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares;
- b. Implantação de bibliotecas públicas;
- c. Manter programas destinados ao lazer da população, principalmente nos bairros da periferia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

- d. Apoiar as atividades esportivas em todas as suas modalidades;
- e. Manter programas e projetos voltados para a identificação e o reconhecimento do patrimônio municipal e de espaços públicos existentes, com vistas ao incremento de novas áreas de potencial turístico;
- f. Incentivo a divulgação do potencial turístico da região.

ANEXO II

PRIORIDADES E METAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO EXERCÍCIO DE 1998

I - SAÚDE E SANEAMENTO

- a. Construir e equipar Unidades de Saúde no Município;
- b. Assegurar a população carente, o acesso a medicamentos e a informações de seu uso racional, além de atendimento ambulatorial;
- c. Aumentar através da vacinação, a imunização da população infantil contra sarampo, poliomielite e outras doenças imunopreviníveis;
- d. Atuar nos problemas de saúde bucal, para conseqüente melhoria nos níveis de saúde geral;
- e. Desenvolver ações de vigilância sanitária nas áreas de sua responsabilidade;
- f. Prestar assistência aos programas especiais de saúde;
- g. Colaborar para manutenção do saneamento básico do Município, com o propósito de estimular os hábitos da saúde e higiene;
- h. Implantação do sistema de esgoto sanitário no município;
- i. Dar prioridade aos serviços preventivos de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

MATO GROSSO DO SUL

II - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

- a. Propor alternativas para minimizar as limitações apresentadas por pessoas portadoras de necessidades especiais;
- b. Equipar e aparelhar oficinas alternativas de iniciação e capacitação profissional;;
- c. Criar condições para integração à sociedade da criança e adolescente de rua;
- d. Implementar ações voltadas à proteção e atendimento a criança de 0 a 6 anos e aos idosos;
- e. Promover oportunidade para o desenvolvimento de atividades ocupacionais produtivas e/ou de prestação de serviços para a população carente, minorando, a questão do desemprego, gerando aumento de renda, através da implantação de centros de produção e comercialização de alimentos, bens e prestação de serviços.